

## *Recepção literária do domínio holandês no Brasil e em Angola*

Maria do Carmo Lanna Figueiredo | UFMG

*Resumo:* Leitura dos romances *A rainha dos cárceres da Grécia* (1975), de Osman Lins, e *A gloriosa família, o tempo dos flamengos* (1999), de Pepetela, que adotaram como motivo a presença holandesa em dois espaços lusófonos, Brasil e Angola, com o objetivo de acompanhar como o viés transnacional dessas sociedades, advindo da interação conflituosa e/ou pacífica entre diferentes culturas, já se manifesta desde o século XVII; analisar os procedimentos textuais que promovem a ligação entre a história e a literatura, o presente e o passado.

*Palavras-chave:* Literatura e História, Os Holandeses na Literatura do Brasil e de Angola, A Invasão Holandesa e a Contemporaneidade.

*À memória de Osman Lins  
Em 5 de julho de 2004, pelos 80 anos de  
seu nascimento*

A partir de obras literárias, este trabalho focaliza a presença holandesa no Brasil e em Angola, por considerar que essa presença indicia um dos aspectos da formação desses países e pode contribuir no entendimento de fenômeno tão complexo. Por problematizar as relações

que se passavam, no século XVII, quase que unicamente entre Portugal e suas colônias, a presença holandesa acaba por interferir num mito aceito e divulgado do imaginário brasileiro: aquele da imagem de um país harmônico, de uma só língua, um só rei, uma só religião. E aporta também um outro elemento, configurador do tipo de ligação que se processava entre as colônias portuguesas, ligação que mantém sua continuidade no presente, mediante uma herança comum que ainda se manifesta.

Nesse sentido, focalizam-se os dois romances contemporâneos como participantes ativos da construção da memória coletiva e da tradição dos dois países. Acredita-se que o discurso ficcional, desvinculado da preocupação de veracidade e objetividade, alcança intervir tanto no preenchimento de lacunas deixadas pelo discurso histórico, quanto no questionamento de verdades históricas estabelecidas, ampliando, por esse viés, o significado de fatos e figuras do passado, ao mesmo tempo em que contribui para a sua divulgação e conservação.

As obras literárias escolhidas para compor o *corpus* do trabalho – *A rainha dos cárceres da Grécia* de Osman Lins, de 1976, e *A gloriosa família, o tempo dos flamengos* de Pepetela, de 1999 – ao superarem com eficácia as fronteiras que separam fictício, imaginário e realidade, permitem que se caracterize o referencial a que se remetem, sem se deixarem determinar por ele. Trazem à tona um aspecto bastante significativo do tema proposto, ao articularem sua ficção com as obras da historiografia sobre as guerras holandesas. O romance de Osman Lins estabelece a ligação do momento político ditatorial brasileiro da década de 70 com o episódio da invasão holandesa; e o próprio título da obra de Pepetela já anuncia que o conflituoso momento vivido pela sociedade angolana atual faz lembrar o tempo dos flamengos.

A esta particularidade vai-se referir Wolfgang Iser, em *O fictício e o imaginário. Perspectivas de uma antropologia literária* (1996), ao reafirmar a proximidade entre o texto ficcional e o não ficcional, por estarem ambos sujeitos à intencionalidade de seus autores, quando selecionam os elementos que devem aparecer na narrativa. Avaliando este processo seletivo, o autor considera que os elementos retirados do campo da referência são reforçados pelos que se ausentam e vice-versa. E se desvinculados de seu campo de referência, e projetados em outra contextualização, tais elementos adquirem outro peso, promovendo uma *transgressão de limite* que lhes possibilita ultrapassar as fronteiras entre ficção e realidade (cf. ISER, 1996: 39).

Nessa perspectiva, *A rainha dos cárceres da Grécia* vale-se, para descrever as cenas das lutas que se travaram entre luso-brasileiros e holandeses, de citações dos compêndios de história. Aparecendo entre aspas, acopladas ao discurso romanescos que faz indicação das suas fontes ao pé de página, tal estratégia será assim comentada pelo narrador do romance:

Toda iconografia guerreira superposta ao cenário do romance, ponto por ponto, recompõe, com poucas mudanças na seqüência e nos fatos abonados pelos historiadores, a conquista, em 1630, de Olinda e de Recife pelos homens de Lonck e Waerdeburgh. (...) Observaremos o paralelismo entre as cenas de guerra que ensombram o romance e a entrada das forças holandesas em Pernambuco: e seguireis a romancista no seu trabalho de encobrir a natureza dessas alusões, numa espécie de conflito entre História e Poesia. (LINS, 1976: 127-8)

Mais verdadeiro e significativo que Julia M. Enone tenha minado o seu livro com cenas de ocupação e não de expulsão do invasor: elas refletem melhor a nossa realidade e a realidade de todos os países hoje ocupados – pelas armas, pelo ouro e por instrumentos menos palpáveis. (LINS, 1976: 138)

*A gloriosa família, o tempo dos flamengos* opta por iniciar seus capítulos com perífrases retiradas de obras da história ultramarina, referentes ao domínio holandês. Um escravo de Baltazar Van Dum, “flamengo de nação mas de ânimo português”, assume a voz narrativa e configura a tarefa da enunciação romanescas, como se pode notar pela citação que se segue:

Eu não vi, quem sou eu para entrar na casa onde despacham nobres directores da majestática Companhia das Índias Ocidentais? Tinha uma certa curiosidade em conhecer o director Nieulant. Diziam ser o melhor dos dois representantes da poderosa Companhia, fundada para colonizar os territórios à volta do Atlântico. Mas tive de ficar na rua, à espera de Baltazar Van Dum. Tudo o que possa vir a saber do ocorrido dentro do gabinete será graças à imaginação. Sobre este caso e sobre muitos outros. Um escravo não tem direito, não tem nenhuma liberdade. Apenas uma coisa que não lhe podem amarrar: a imaginação. Sirvo-me sempre dela para completar relatos que me são sonegados, tapando os vazios. (PEPETELA, 1999: 14)

Tal estratégia narrativa articula a mudança de perspectiva do episódio e a possibilidade de ficcionalizar os fatos. Principalmente por se

tratar de um narrador que, sendo escravo, é mudo, analfabeto, poliglota, de fina audição e imaginação fértil. Tantos atributos paradoxais configuram à perfeição o “ser fictício”, o “ser de discurso” do narrador. A ficção e a verdade histórica, convivendo num mesmo espaço, impedem o leitor mais atento de se esquecer de que está frente a uma representação.

O conflito entre História e Ficção manifesta-se, nos dois textos citados, mediante o uso explícito da intertextualidade com o discurso histórico e mediante o desejo dos autores de incluírem-se nas versões existentes sobre o tema, a partir da ótica dos excluídos. Dessa forma, torna-se possível abranger uma ampla faixa de conteúdos ideológicos que envolvem a presença holandesa no Brasil e em Angola, interpretados por uma sucessão interminável de significados a ela atribuídos pelas diversas personagens que povoam os dois romances. Como as guerras holandesas ainda não receberam um tratamento histórico definitivo, o liame que une ficção e realidade esgarça-se na profusão de detalhes que contribuem na sua criação.

O tratamento literário que é dado ao episódio da História pode assim ser relacionado com um projeto de construção da identidade: o prisma pelo qual os escritores vêem os outros, a si mesmos, o mundo e a mediação pela qual eles se comunicam com a sociedade. Valorizar a equivalência da história e da literatura, na interpretação dos fatos da realidade brasileira e angolana que se deixam ler nos romances, possibilita enxergar uma feição que impede as duas obras de perderem-se nas contradições de ordem puramente individual.

Sabe-se que a busca de identidade nacional responde à necessidade de se caracterizar a produção da colônia, conferindo-lhe estatuto de legitimidade, tanto na tradição literária brasileira quanto na angolana. Os agentes deste sistema em formação, literatos e intelectuais principalmente, desejavam com essa busca alcançar dois objetivos aparentemente irreconciliáveis. De um lado, a fidelidade à metrópole, que lhes poderia assegurar espaço nos cânones da literatura universal. De outro lado, a procura de originalidade, apoiada nos elementos característicos da terra e nas particularidades locais, para que lhes fosse conferido o privilégio de fundarem uma literatura própria. O sentimento nacional vem, pois, acompanhado do desejo, ou mesmo da necessidade, de se criar a imagem de uma nação coesa, unida nacionalmente, o que acaba por orientar as representações do país no campo literário.

Evaldo Cabral de Mello, em *Rubro veio, o imaginário da restauração pernambucana*, chama a atenção para o fato de o sentimento nativista pernambucano ter sido mais violentamente antilusitano do que em outras partes do Brasil. O fato permite a elaboração, a partir da segunda metade do século XVII e até os finais do século XIX, de um tipo de experiência da ocupação holandesa diferenciado, no que diz respeito à história e à memória coletiva. Ao explorar as deformações que o nativismo impôs à visão local da experiência holandesa, o autor afirma que as guerras contra Holanda ocuparam um lugar central na ideologia nativista do nordeste. Herdeiro das crônicas luso-brasileiras, este imaginário tendeu a ler a história do período como as gestas de determinados grupos ou camadas sociais, enquanto que a imaginação popular inclinou-se a representar o período holandês com as cores do maravilhoso e até do sobrenatural. Atribuía-se aos holandeses obras de engenharia que atraíam a imaginação local, mesmo quando eram portuguesas. E é notável a difusão das lendas relativas a tesouros enterrados, os casos de ruídos e de rumores bélicos no silêncio das noites de Olinda, as luzinhas misteriosas avistadas pelos de Recife, as almas de soldados tombados, assim como a lenda da donzela da mangueira (cf. MELLO, 1986: 28).

A meu ver, as considerações do historiador falam de inúmeras possibilidades de aproveitamento literário desse imaginário e chega mesmo a surpreender o fato de existirem relativamente poucas obras sobre o assunto.

Laura Cavalcante Padilha, em *Entre voz e letra, o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*, destaca o papel fundamental que as produções literárias ocuparam no sentido de difundir e sedimentar a busca de identidade na cena simbólica angolana. Identidade que, por difusa e inexistente, acomoda-se numa “espécie de unificação em torno de ideais comuns”. Para a autora, na segunda metade do século XX, acirra-se “um movimento de problematização e resistência cultural pelo qual se procura reafirmar a diferença da angolanidade por tanto tempo marginalizada pelos aparatos ideológicos do colonizador”. (PADILHA, 1995: 01).

O encontro da literatura com a história nos dois romances vai, pois, permitir que a urgência da participação, a necessidade de explicar a realidade social e de opinar sobre ela invada o espaço literário.

A temática da invasão será um dos eixos mais centrais do livro de Osman Lins *A rainha dos cárceres da Grécia*, “romance de permutação, onde tudo invade tudo.” A história constrói-se como um ensaio sobre

romance do mesmo nome e estrutura-se como o diário de um professor de Ciências Naturais de São Paulo que viveu com a romancista pernambucana Julia Marquezim Enone, autora do romance inédito *A rainha dos cárceres da Grécia*. Pode-se questionar a existência do romance de Julia que só se conhece pelos breves extratos, longos comentários e alusões que a ele faz o professor, através de seu diário. O leitor do diário depara-se, pois, com um professor que não existe e é personagem do romance de Osman Lins, que também se chama *A rainha dos cárceres da Grécia*.

Trata-se, portanto, de uma obra que se coloca como um texto ficcional e que, graças ao diário, gênero tão ligado à memória, rastreia sentidos que se perderam nas inexatidões da memória coletiva e se encontram esparsos em fragmentos de diferentes textos e no contexto presente e passado da história do Recife. Compõem o romance: trechos de jornais da década de 70, combinações de textos literários e históricos de várias épocas, retalhos de lembranças das personagens: uma jovem empregada doméstica – Maria de França; uma escritora – Julia Marquezim Enone; um professor – o ensaísta e narrador. Tais fragmentos acolhem a tensão entre lembrar e esquecer, verdade e invenção, aventada por outra personagem, a gata Memosina que, esquecendo-se da própria natureza, se confunde com rato, galinha, lontra. Metonímia da ficção de que participa, o animal concretiza e reflete o jogo do esquecimento e da lembrança, jogo que permite o ir e vir do romance aos gêneros ensaio e diário, assim como permite à obra ligar-se à realidade histórica e ficcional, ao presente e ao passado. No livro, confrontam-se o esquecimento e as desfigurações da memória com o desejo de conservar, pela literatura, aquilo que dela persiste em fragmentos e dispersão.

O romance, tendo sido escrito numa das fases mais fortes da censura imposta pelo regime militar, repudia a política ditatorial e o cerceamento de liberdades civis e de escrita em que se insere, recusa o cerceamento dessas liberdades e faz dessa recusa uma de suas bases de sustentação. O tema da relação entre o indivíduo e a liberdade ocupa amplo espaço em *A rainha dos cárceres da Grécia*, enunciado no título e veiculado pela estrutura e enredo. Neste, a ausência de liberdade mina todo o tecido social e narrativo, como é o caso do tratamento que o romance confere à presença holandesa no Brasil.

O livro exclui de sua temática o triunfo e opta pela “gesta sem fulgor” dos grupos de desvalidos e marginalizados sociais, focalizando as cenas da ocupação do Recife pelos holandeses e suas conseqüências para o

povo. O narrador considera que os quadros, evocando a vitória do país e a expulsão dos holandeses, como os do livro *O valeroso Lucideno* de Frei Manuel Calado que celebra a libertação de Olinda, não teriam cabimento no romance de Julia. Afirma ainda serem eles apenas uma expressão daquela retórica sem consistência que povoa os relatos oficiais. E assim justifica sua opção:

Julia Marquezim Enone traz para o Recife, condenando-os a uma vida sem glória e inteiramente anônima, heróis (quem sabe até que ponto reais) da História do Brasil. (p.168)

Os ídolos nacionais, no Brasil, os consagrados com monumentos e nomes nas vias públicas, se realizaram feitos memoráveis, sempre guardaram distância do povo e indiferença pelos humilhados. Imersos em sonhos aristocráticos, moviam-nos ideais abstratos; ou de poder; ou nenhum. Os mecanismos oficiais, reconhecendo-os por motivos diversos, servidores seus, é que os levariam ao que chama Talleyrand, a “canonização laica”. Julia Marquezim Enone derruba-os dos pedestais, priva-os de títulos, dos bens e das vestes – se militares das dragonas e das armas –, troca ou adultera os seus nomes e atira-os no limbo do serviço público, mais ou menos como Dante mete inimigos seus no Inferno. (p.174)

Com efeito, se no enredo de *A rainha dos cárceres da Grécia* mostram-se as façanhas da Colônia acontecendo aos olhos de Maria de França, que é incapaz de interpretá-las ou distingui-las do seu dia-a-dia conturbado pela loucura e pobreza, pode-se perguntar com o narrador: “ Mas respondam-me se trouxe algum proveito a Maria de França e a toda a sua classe a derrocada de Holanda.” (p.138)

Maria de França, personagem pobre, empregada doméstica parda e louca, depara-se com cenas das guerras holandesas e figuras históricas nas ruas da cidade, quando as percorre, enfrentando inúmeras dificuldades, em busca de uma pensão por invalidez no INSS. A narrativa aventura para o leitor a possibilidade, entre outras, de interpretar tais cenas como a descrição de blocos carnavalescos a desfilarem a temática histórica pelas ruas de Recife e Olinda, célebres por seu carnaval voltado para a tradição e o passado nordestinos. Na construção do romance, os delírios do imaginário ancoram-se no cotidiano brasileiro, muito real, e nos recortes de jornais que falam de um Brasil subjugado pelo regime ditatorial e pelo sistema burocrático corrupto. Membro de uma classe oprimida que se bate, durante anos, contra

a burocracia do sistema previdenciário que a desnorteia, a descrição da realidade presente da personagem mescla-se às cenas do acontecimento passado, sugerindo que ambos se abatem de forma igualmente cruel sobre a doméstica e sua categoria social.

O romance expressa simbolicamente as agruras por que passa a heroína, conjugando-as às da população brasileira atual e do passado. Cite-se, como exemplo, o caso dos retirantes que aportam famintos ao Recife e o dos brancos, índios, mestiços, escravos africanos e, depois, também os comandados de Henrique Dias, negros livres, que se agrupam no Arraial do Bom Jesus com Albuquerque. A história destaca o heroísmo desta população que formou um núcleo de resistência aos holandeses durante cinco anos (cf. MELLO NETO, 1954). Sem que haja nenhuma descrição do Arraial do Bom Jesus e de sua resistência aos holandeses, o reduto é criado no romance como uma impossível cidadela rodeada de serpentes, que causam fome e devastação a seus habitantes e medo à heroína. Comentando a estratégia de Albuquerque que, para se proteger dos invasores, punha sentinelas nas elevações de Recife, o narrador se pergunta: “quem vê as forças que hoje nos invadem?” (LINS, op. cit.: 139)

Os dois episódios citados explicitam como, no romance, serão tecidas ligações entre o passado e o presente. Pela leitura justaposta de duas situações de diferentes épocas, quer-se iluminar fatos passados que restam perdidos na memória do país e, ao mesmo tempo, reconhecer-lhes novos significados, na tentativa de aproveitá-los no caso presente.

*A rainha dos cárceres da Grécia* traz o passado para o presente da história narrada, fazendo com que as personagens de um e de outro tempo se encontrem nas ruas do Recife, desmanchando a distância que os separa no espaço da ficção. O contraponto entre passado e presente acontece pelo discurso do narrador que pontua, com opiniões do presente, a sua visão da presença holandesa no Brasil, presença esta que, mesmo já não sendo notada pelos moradores do nordeste, faz-se sentir na contribuição que trouxe à formação de seu povo.

O romance se constrói, apresentando, ao mesmo tempo, a ficção – o texto –, e a multiplicidade de referências que a elucidam – o metatexto –, ou seja, o escritor deixa ver os andaimes da construção de sua obra. Por isso podem-se detectar, no livro, recursos de que se serve o romancista para revelar/interpretar a invasão do país pela armada holandesa: uma técnica

discursiva que cruza planos e funções narrativas. A linguagem dos jornais, da música, do rádio mescla-se à de textos literários e históricos. Eventos históricos combinam-se aos do folclore, como o da Nau Catarineta e do Cavalo Marinho. As errâncias da louca Maria de França, por sua vez, decalcam a geografia do Recife que se torna personagem do romance. Os pontos de referência históricos e geográficos, como a Avenida Martins de Barros, a Rua Riachuelo, a Rua dos Judeus e a Ponte Boa Vista, no entanto, misturam-se, submergidos pelos fluxos das águas invasoras da cidade, e chegam a atingir São Paulo, onde mora o narrador. Este não nega o Recife real, mas encanta-o, tornando-o uma cidade fantástica, exclusiva do livro. O leitor pode, então, observar o cruzamento da História com a Poesia, na tentativa de superação dos limites que as cercam.

Osman Lins situa-se numa vertente da Literatura Brasileira que, embora reabsorva o desvendamento da realidade social na ficção, desenvolve sua obra como marca de diferença na tradição do romance nacional, assumida e levada adiante pelo modernismo dos anos 30. Mescla, em sua produção, o quadro da cultura brasileira com as conquistas narracionais do romance contemporâneo universal. Por essa característica, *A rainha dos cárceres da Grécia* presta-se a delinear um aspecto da formação cultural do Brasil: a necessidade de valorizar o elemento da terra, aliada ao desejo de se equiparar à literatura universal. O romance aprofunda esse veio da ficção, quando apresenta a invasão holandesa no Recife atingindo São Paulo e a todo o povo brasileiro; a circulação das esferas do erudito e do popular; o reconhecimento de situações do contexto social entremeado com as sutilezas metaficcionalis.

Se nos remontarmos à opinião de Evaldo Cabral de Mello anteriormente citada, pode-se perceber que o escritor Osman Lins vai basear-se no imaginário popular para a criação do seu romance. Neste, os casos imaginosos e até sobrenaturais sobre a presença holandesa no Brasil se mesclam com a espoliação do povo pelo regime autoritário e corrupto da Colônia e da ditadura militar da era atual. Tais elementos são tratados, na obra, de maneira a concatenar pobreza, ausência de educação e de democracia, como uma constante na história brasileira.

Por meio de diferente estratégia narrativa, *A gloriosa família, o tempo dos flamengos* transporta-se ao passado, para encená-lo com os olhos do presente. As mazelas da escravidão, a crueldade do tráfico, as lutas entre os dirigentes africanos, holandeses e portugueses vão sendo contadas a partir de sua ligação com a família Van Dum, eixo gerador das peripécias do livro.

O contexto será recuperado, no romance, pelo olhar do escravo de Van Dum, mulato, mudo e poliglota. Nesse aspecto, invertem-se as expectativas, se as compararmos com as epígrafes. O narrador, como mencionado anteriormente, permite-se a liberdade de inventar trechos que preencham as lacunas de fatos a ele vedados por sua condição de escravo. As perífrases que encabeçam cada um dos doze capítulos do livro, por sua vez, baseiam-se em narrativas oficiais. As diferentes perspectivas promovem a articulação desejada pela enunciação, ou seja, o leitor do romance vê ampliado o enfoque sobre a época dos flamengos em Angola. Ao discurso dogmático e repressor das epígrafes, respondem os sonhos de liberdade e de inversão dos valores dominantes enunciados pela narrativa. Cúmplice de tais sonhos, o narrador ironiza os desejos de seu dono e acumula-o de características risíveis, desmascarando a fonte de seu poder.

Como quase todos os textos ficcionais angolanos, esse representa, por diversas figurações imagísticas, a sorte negativa do habitante de Angola, acirrada pelo processo colonial. Para tanto, inserem-se no romance os espaços urbanos e rurais de Luanda num processo de desfiguração social, creditado às lutas por sua posse pelos europeus. Na tentativa de denunciar o estado de reificação do colonizado, plasmado narrativamente como objeto da História, o romance assinala, pela voz do narrador:

Posso dizer que sou um filho do Kuanza, pois nasci no meio dele, nas ilhas perto de Maopungo, onde foi a capital de Jinga em épocas de defesa, Pungo Andongo, a terra dos enormes pedregulhos negros que pareciam escalar até ao céu. Olhar o Kuanza sempre me deu um nó de saudade na garganta e o dia de hoje tem sido particularmente sentido, com o regresso ao berço, o que embacia os olhos e endurece os ouvidos, por isso decidi ali, tenho de ser imparcial e objectivo, o meu passado não interessa, apenas tenho de relatar os factos tal como os viveu o meu dono e a sua gloriosa descendência, para isso fui criado. (PEPETELA, 1999: 259)

O narrador, contudo, não se esquece de seu passado e se ocupa em relatar os fatos vividos por seu dono em uma perspectiva irônica, crítica e reflexiva. Pode-se perceber como ele tenta ouvir as vozes dos que falam de outra realidade e trazer para a cena literária a discussão do papel histórico do oprimido, assim como das formas arbitrárias de exercício das várias facetas do poder. O romance, portanto, quer-se interpretante crítico do contexto, na tentativa de mobilizar o leitor e afirmar-se enquanto objeto estético (cf. PADILHA, op., cit., p. 169).

No que diz respeito à análise da presença dos holandeses no Brasil e em Angola, considero que foi bastante enriquecedor ativar o diálogo entre as fontes históricas e literárias, a fim de ampliar a discussão sobre episódio tão representativo da formação desses países. Tanto no campo histórico quanto no literário, puderam-se perceber variadas nuances e mesmo interpretações opostas do domínio holandês. De um modo geral, as primeiras fontes tendem a se posicionar francamente ao lado dos portugueses, minimizando as qualidades dos flamengos e considerando os que lutaram a favor da coroa portuguesa “heróis”. Impressionou-me, no entanto, que mesmo tais relatos tenham sido unânimes em afirmar a grande quantidade de luso-brasileiros e angolanos que aderiram aos invasores, seja por necessidade ou conveniência, seja por falta de outra opção. Confirmou-se, pois, a impossibilidade de percepção de uma identidade única e definitivamente estabelecida para os povos colonizados, enquanto elemento participante e transformador do legado europeu, como se aventou no início dessa reflexão. Segundo uma estudiosa da questão, Adalgisa Maria Vieira do Rosário, “A partir da chegada do invasor, multiplicava-se o mosaico racial brasileiro; ao lado dos arianos, semitas, ameríndios e africanos de várias mestiçagens, aparecem os da Ásia, Oceania, onde também o colono holandês se estendera.” (ROSÁRIO, 1970:103)

O saber coletivo que a presente leitura do episódio pretendeu recuperar amparou-se na análise da obra dos autores escolhidos como objeto de estudo, seja realçando o modo pelo qual se pode unir o sofrimento do povo do Recife à época da invasão holandesa e do regime colonial com o provocado pelo regime ditatorial de 1964, seja destacando as agruras do povo angolano sob o peso da colonização e escravismo. Os escritores Osman Lins e Pepetela foram, portanto, considerados como intérpretes da contemporaneidade que explicitam a dialética, a ambivalência e as contradições da identidade de países colonizados, a partir da ficcionalização da presença holandesa no Brasil e em Angola.

*Abstract:* Literary works frame an image of Dutch's presence in Brazil and Angola which displaces an accepted and spread myth of our imaginary—the one of an harmonious country with one language, one king, one religion. This paper intends to mark out how literature allows to appear that the multicultural bias of the Brazilian and Angolan society is shown since the colonial regime.

*Key words:* Literature and History, The Dutch in Brazilian and Angolan Literature, The Dutch Invasion and the Contemporaneity.

### Referências Bibliográficas

- ARQUIVOS de Haia. Cornelius Ouman ao Conselho do Brasil. Luanda, 12/01/1642.
- ARQUIVOS de Angola. Carta de Francisco de Sottomayor ao Rei de Portugal, Luanda, 1943-1944.
- AVANCINI, Elsa Gonçalves. *Doce inferno, açúcar, guerra e escravidão no Brasil holandês. (1580-1654)*. 9. ed. São Paulo: Atual Editora, 1991. (1ª. ed., 1987).
- BOXER, C. R. *Os holandeses no Brasil - 1624-1654*. São Paulo: Nacional, 1961.
- CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolana (1680)*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972.
- CALADO, Frei Manoel. *O valeroso Lucideno*. São Paulo: Editora Cultura, 1954. 2v.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Geografia do Brasil holandês*. São Paulo: José Olympio, 1956.
- CAMPOS, Humberto de. *Maurício de Nassau*. Poesia. São Paulo: Nacional, s.d.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário. Perspectivas de uma antropologia literária*. Trad. Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. (ed. alemã 1991).
- JADIN, Louis. Relatório de Pieter Moortamer e Cornelis Nieulatant, Luanda, 11/09/1641. *L'Ancien Kongo et l'Angola 1639-1655*. Institut Historique Belge de Rome, 1975.
- LEAL JR., Mendes. *História brasileira do século XVII*. Romance. Rio: Correio Mercantil, 1863.
- LIMA, Jorge de. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar: Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1974. 4v.
- LINS, Osman. *A rainha dos cárceres da Grécia*. Romance. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil - Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1644-1669*. São Paulo: Topbooks, 1998.
- MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. 2. ed., Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Banco do Nordeste do Brasil S A, 1979. (1ª. ed., 1954).
- MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias. Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>

- MONUMENTA *Missionária Africana*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1960.
- PADILHA, Laura Cavalcante. *Entre a voz e a letra*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.
- PEPETELA. *A gloriosa família, o tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- ROSÁRIO, Adalgisa Maria Vieira do. *O Brasil filipino no período holandês*. São Paulo: Moderna; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1970.
- SETÚBAL, Paulo. *O príncipe de Nassau*. Romance histórico. São Paulo: Nacional, s.d.
- SILVA REGO. *A dupla restauração de Angola*. Lisboa: Agência-Geral das Colônias, 1948.
- VARNHAGEM, F. A. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Editora Cultura, 1943.
- VIEIRA, Padre Antônio. *Cartas de Padre Antônio Vieira*. Coimbra: 1925.